



**ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**

Aos nove dias do mês de setembro de 2015, 08h30 minutos, realizou-se a 15ª reunião ordinária da Câmara de Compensação Ambiental (CCA), na Sala de Reuniões da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), com as presenças dos membros integrantes: Aline Bitencourt da Silva (COGEF/SEMA), Iara Marina Souza e Cristiana Sousa Vieira (SEP/SEMA), Ana Carla Souto Rocha (DIRUC/INEMA), Maria Cristina Gomes Sanches (DIRRE/INEMA), Fernanda de Cássia Aguiar Santos Wartmann (ANAMMA), Luiz Victor Ernesto Marsala (CEPRAM), Eduardo Henrique Rode (CONERH), além dos convidados: Paulo Sérgio dos Anjos (Prefeito), José Ângelo Santana, Maurício Jean, Jusciara Aragão e Juvenal Neto, todos representantes da Prefeitura de Maracás; Kurt Menchen e Carlos Lorenzo representantes da empresa Vanádio de Maracás S/A; Pedro Henrique, Geneci Braz, Ricardo Guedes, Matheus Leite e Pedro Henrique representantes do (DIRUC/ INEMA); Roberta Lucena, Carla Mariane e Horácio Leal representantes da (COGEF/SEMA). Constaram em pauta os itens: 1) aprovação das atas das 13ª e 14ª reunião ordinária; 2) apresentação do Projeto de iniciativa do Município de Maracás: elaboração do Plano de Manejo e infraestrutura do Parque Natural Municipal Bosque da Nascente do Rio Jiquiriçá; 3) apreciação/deliberação: aplicação de recurso da Compensação ambiental do empreendimento "Usina Hidro-Metalúrgica para Lavra de Beneficiamento do Minério Vanadífero" – Vanádio de Maracás S/A – TCCA 001/2014; aplicação de recursos da Compensação Ambiental do empreendimento "Espaço XXI – Bloco A e B" – Espaço XXI Imobiliária e Turismo Ltda. - TCCA nº 002/2014 e nº 001/2015; aplicação de recursos da Compensação Ambiental do empreendimento "Parque Eólico Esperança" - Enel Green Power Desenvolvimento Ltda. - TCCA nº 003/2014; aplicação de recursos da Compensação Ambiental do empreendimento "Fazenda Santa Rita" - Mirabela Mineração do Brasil Ltda. - TCCA nº 005/2012; aplicação de recursos da Compensação Ambiental do empreendimento "Moagem de Cimento Aratu" - Lafarge Brasil S.A. - TCCA nº 002/2015; 4) Informes: situação da Compensação Ambiental do empreendimento "Porto Sul – Bahia" – Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia – DERBA; situação da Compensação Ambiental do empreendimento "Salvador Bahia Marina – Ampliação" – Bahia Marina S.A.; Portaria Conjunta SEMA/SAEB/PGE/INEMA nº 01 de 12 de agosto de 2015 Grupo de Trabalho - GT com o objetivo de revisar e propor Modelo para normatização e operacionalização dos procedimentos voltados à aplicação dos recursos da Compensação Ambiental, bem como os arranjos normativos necessários; 5) O que Ocorrer. A Sra. Aline Bitencourt fez a leitura da ata da 13ª Reunião Ordinária e durante a leitura algumas intervenções foram registradas: O Sr. Eduardo Rode questionou o fato das atas serem



41 enviadas muito tardiamente, causando um certo transtorno com relação a
42 lembranças dos assuntos que foram discutidos à época, e, assim, dificultando as
43 possíveis correções e alterações; pediu que no momento de envio da
44 convocação, fosse enviada também a ata, para que, desta forma, os membros
45 pudessem fazer uma leitura e apreciação antes da reunião, encaminhando à
46 Coordenação de Gestão dos Fundos - COGEF as possíveis sugestões de
47 alteração, com vistas a otimizar o tempo para aprovação da respectiva ata. A
48 Sra. Ana Carla interveio em alguns momentos, sugerindo alterações na ata a ser
49 aprovada. A Sra. Maria Cristina disse que não se sentia à vontade em assinar a
50 ata da 13ª, bem como a Sra. Ana Carla, comprometeram-se a assinar somente
51 após ajustes. Foi decidido que essa ata deveria ser refeita. A ata da 14ª Reunião
52 Ordinária foi lida e aprovada. Em seguida a Sra. Jusciara Vieira iniciou a
53 apresentação da proposta do Plano de Manejo elaborado pela Prefeitura
54 Municipal de Maracás, referente à Compensação Ambiental da empresa Vanádio
55 Maracás S/A, cujo recurso foi dividido entre o Estado e a Prefeitura, destinado à
56 Unidade de Conservação - UC Parque Natural Bosque Nascente do Rio Jequiriçá,
57 localizado no Município de Maracás. Ressaltou que a Unidade de Conservação foi
58 criada através do Decreto nº 8.107 de 04 de junho de 2014, sendo esta uma UC
59 relativamente pequena, com 30 hectares. O valor do orçamento foi estimado em
60 R\$ 383.883,50 (trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e oitenta e três reais e
61 cinquenta centavos). O Sr. Juvenal Neto, arquiteto representante da empresa
62 Estúdio Livre, apresentou o projeto de infraestrutura para a mesma UC; destacou
63 que o Projeto de requalificação do Parque dará ao município de Maracás um
64 equipamento que vai além do lazer sociocultural, pois possui responsabilidade
65 socioambiental; justificou, de forma resumida, a intervenção de infraestrutura no
66 Parque por se tratar de uma Unidade de Conservação Integral. O projeto de
67 Infraestrutura proposto visa garantir a conservação do Parque e integrá-lo a
68 comunidade maracaense através do seu projeto de requalificação. Após registrar
69 com detalhes as ações e atividades propostas pelo projeto, ressaltou que era
70 necessário pensar numa alternativa, considerando que o recurso disponibilizado
71 não seria suficiente para contemplar a nascente do Rio Jequiriçá. O Sr. Luiz Victor
72 perguntou, quantos hectares o valor orçado contemplará. O Sr. Juvenal Neto
73 confirmou que são 30 hectares, sendo o valor orçado insuficiente. O Sr. Luiz
74 Victor questionou como seria possível, por se tratar de uma Unidade de
75 Conservação de Proteção Integral, como inserir uma série de atividades numa
76 área cujo entorno da nascente deve ser preservado. O Sr. Juvenal Neto
77 esclareceu que o Parque está localizado na Zona Urbana da Cidade, por isso é
78 inevitável determinado usos para a população; disse que o projeto de
79 infraestrutura visa preservar, beneficiar e tornar eficiente o que já existe. A Sra.
80 Ana Carla perguntou se o Plano de Manejo era para toda Unidade de



81 Conservação e qual a extensão do Parque. A Sra. Jusciara Vieira respondeu que
82 são 30 hectares, com certa distância do entorno da nascente. A Sra. Ana Carla
83 fez várias observações com relação ao projeto de infraestrutura apresentado,
84 registrou que, à época, a Prefeitura de Maracás procurou, a equipe da DIRUC
85 quando a intenção era realizar o Plano de Manejo, acrescentou ainda que a
86 recomendação de elaboração do Projeto de Infraestrutura por parte da DIRUC
87 não foi exatamente essa; comentou que o projeto apresentado não era adequado
88 para uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e seria favorável apenas
89 ao Plano de Manejo. O Sr. Luiz Victor explicou que toda explanação sobre o
90 projeto decorreu em torno de um projeto de urbanização de um espaço público,
91 não se tratou de uma Unidade de Conservação Integral. O Sr. Ricardo Guedes
92 falou do acompanhamento junto aos representantes do município de Maracás
93 para elaborar o Termo de Referência que subsidiaria o projeto de requalificação
94 específica da área urbana, em sua opinião ficou muito amplo e se colocou à
95 disposição para ajudar a Prefeitura nos ajustes ao projeto, inclusive parabenizou o
96 prefeito pela iniciativa de criação da Unidade de Conservação. O prefeito, Sr.
97 Paulo Sérgio, falou que há dois anos vem lutando pelo recurso da Mineradora que
98 está inserida dentro da área do município de Maracás e questiona a divisão do
99 recurso com o Estado; falou dos avanços da região e dos benefícios dos projetos,
100 da intenção de buscar melhores condições de vida para a população, tanto na
101 área de preservação ambiental quanto na implantação de aterro sanitário, em
102 parceria com a Mineradora; após explanação, garantiu que a área de
103 conservação está preservada. O Sr. Eduardo Rode perguntou se foi previsto no
104 projeto os aspectos de acessibilidade. O Sr. Juvenal Neto respondeu que foi
105 previsto para edificação mais os recursos não foram suficientes para contemplar
106 acesso a todo Parque. A Sra. Ana Carla reforçou a necessidade de readequar o
107 projeto e colocou a equipe da DIRUC à disposição para ajudar, contudo
108 recomendaria apenas a aprovação do Plano de Manejo. O Sr. Luiz Victor
109 registrou que não é contrário ao pleito, mas considera indispensável que certos
110 conceitos legais sejam respeitados para efeito de legitimar a aplicação desses
111 recursos, sugerindo que o Plano de Manejo seja feito, e a partir daí possa discutir
112 o projeto. O Sr. Luiz Victor salientou que os viveiros poderiam ser implementados
113 com mudas de espécies nativas da região para ampliar e melhorar a vegetação
114 do entorno e destacar o espaço. A Sra. Fernanda Aguiar fez observações com
115 relação a ocupação cultural em área de proteção integral, referente a manutenção
116 de um curral dentro dessa área; questionou se não poderia ser feito um caminho
117 independente que levasse ao uso da área interna do Parque. A Sra. Ana Carla
118 falou das várias estratégias de incorporação de áreas degradadas dentro de uma
119 Unidade de Conservação de Proteção Integral e dos modelos implementados no
120 resto do Brasil que podem servir de exemplo. A Sra. Aline Bitencourt fez o



121 encaminhamento desse ponto da pauta declarando aprovado o Plano de Manejo;
122 já o projeto de infraestrutura deverá ser reajustado com o apoio da DIRUC e
123 reapresentado à CCA. A Sra. Ana Carla informou que é possível colocar um
124 arquiteto à disposição, mas não poderá influenciar na reconstrução do Projeto.
125 Dando continuidade à pauta, a DIRUC apresentou as proposições dos
126 empreendimentos: Espaço XXI – Bloco A e B, Parque Eólico Esperança, Fazenda
127 Santa Rita, e Moagem de Cimento Aratu. Antes de iniciar a apresentação, a Sra.
128 Ana Carla esclareceu que o restante do recurso da empresa Vanádio será
129 destinado a infraestrutura da Estação Ecológica do Rio Preto e Estação Ecológica
130 Wenceslau Guimarães a ser apresentado na próxima reunião. O Sr. Ricardo
131 Guedes ressaltou que existe uma deficiência muito grande quanto à infraestrutura
132 das Unidades de Conservação estaduais, principalmente quando se trata da
133 questão dos contratos de vigilância dos guarda parques; informou que a Estação
134 Ecológica do Rio Preto não tem estrutura, já a Estação Ecológica de Wenceslau
135 Guimarães tem estrutura e contrato com uma empresa para elaborar o projeto.
136 Informou que o projeto do Parque do Conduru foi feito com o Núcleo de
137 Arquitetura - NEARQ/DIRAF que faz parte da coordenação responsável pela parte
138 de estrutura do INEMA; propõe-se a reformar o Monumento Natural Cachoeira do
139 Ferro Doido e adequar o projeto sem onerar o orçamento para execução. O Sr.
140 Ricardo Guedes destacou que procura trabalhar o processo de pertencimento da
141 Comunidade com a Unidade de Conservação. O Sr. Luiz Victor achou
142 interessante criar um espaço de uso público reservado dentro da Unidade de
143 Conservação Integral delimitando esses espaços com uso de materiais mais ou
144 menos compatíveis com a sustentabilidade e características próprias do local. O
145 Sr. Ricardo Guedes disse que a empresa Espaço XXI é um empreendimento que
146 está localizado dentro da APA Baía de Camamu; salientou que a legislação que
147 rege a Unidade de Conservação de Proteção Integral dificulta a utilização dos
148 recursos; disse que pela falta de informações e conhecimento das Unidades,
149 tomou-se a decisão de fazer o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais -
150 CEFIR utilizando a metodologia adotada pelo INEMA e o Estado. A proposta foi
151 aprovada por unanimidade. Passou para o próximo ponto, onde a Sra. Ana Carla
152 informou que foi feita uma proposta para o Plano de Manejo do Monumento
153 Natural Cachoeira do Ferro Doido, devendo contemplar 400 hectares totalmente
154 regularizado, mas desprovido de qualquer infraestrutura. A Sra. Ana Carla
155 explicou que o referido Plano de Manejo será elaborado com recurso do Terminal
156 de Regaseificação da Bahia – TRBA. Todos foram favoráveis a proposta
157 apresentada. Em seguida, foi apresentada proposta de mudança de destinação
158 da compensação ambiental advinda do empreendimento “Fazenda Santa Rita”,
159 da empresa Mirabela Mineração, que seria inicialmente R\$ 4.800.000,00 (quatro
160 milhões oitocentos mil reais), onde R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos



161 mil reais) seria destinado ao CEFIR nos Parques Serra dos Montes Altos, Morro
162 do Chapéu, Conduru e Sete Passagens, e o restante do recurso continuaria para
163 ATER nos Parques Morro do Chapéu, Conduru e Sete Passagens. O Sr. Ricardo
164 Guedes informou que a zona de amortecimento de Morro do Chapéu foi ajustada,
165 que a zona do Parque Conduru está contemplada no Plano de Manejo, e que o
166 Plano de Manejo de Sete Passagens está para ser aprovado, bem como que as
167 Unidades de Conservação criadas mais recentemente estão todas com zona de
168 amortecimento definida. Registrou que foi elaborado um Termo de Referência
169 para definir zonas de amortecimento das Unidades de Conservação que ainda
170 não as tem. O Sr. Luiz Victor diz, em sua opinião, que deveria se priorizar os
171 Planos de Manejo depois o CEFIR. A Sra. Ana Carla reforçou que os Parques
172 Conduru e Sete Passagens têm Plano de Manejo e a decisão é não fazer em
173 Montes Altos enquanto a gestão não for resolvida; informou que existe 14 Planos
174 de Manejo em fase de elaboração. A Sra. Ana Carla reafirmou a necessidade de
175 construção da Resolução da Câmara para avançar na questão das prioridades de
176 aplicação, considerando que, apesar do Plano de Manejo dos Parques estar
177 sendo pensado pela DIRUC e o TR está pronto há dois anos, o valor não foi
178 destinado por causa da gestão; disse que foi destinado R\$7.800.000,00 (sete
179 milhões oitocentos mil reais) para regularização fundiária; sugeriu que na próxima
180 reunião Ricardo, Robson e Leonardo apresentasse um panorama da situação
181 referente a regularização fundiária; informou que o processo de estruturação para
182 regularização foi encaminhado à Procuradoria Geral do Estado (PGE). A Sra. Ana
183 Carla falou sobre a problemática social e estrutural no entorno do Parque Morro
184 do Chapéu. O Sr. Eduardo Rode achou interessante fazer o CEFIR no entorno
185 dos Parques considerando que vai agregar áreas florestais. A Sra. Aline
186 Bitencourt esclareceu que a PGE orientou que fosse criado um Grupo de
187 Trabalho - GT para tratar das pendências com relação a Compensação
188 Ambiental; o GT foi criado através de Portaria Conjunta SEMA/SAEB/PGE/INEMA
189 nº 01 de 12.08.2015. O Sr. Luiz Victor questionou a não participação de membros
190 da Câmara e a participação efetiva da sociedade civil, salientando a necessidade
191 do controle social e considerando que o interesse do Estado nem sempre é igual
192 ao da sociedade. A Sra. Aline Bitencourt disse que os membros da Câmara
193 também podem participar do GT como convidados. A Sra. Ana Carla falou da
194 necessidade de integração com a Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR no
195 sentido de transversalizar as políticas de gestão de Unidades de Conservação;
196 disse que com a extinção da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola –
197 EBDA, o Termo de Cooperação Técnica irá ser refeito, construindo uma política
198 estadual de agroecologia, priorizando as UC's de uso sustentável e o entorno de
199 áreas de proteção integral e outras. O Sr. Pedro representante do INEMA
200 registrou que a proposta de assistência técnica no entorno dos quatro Parques já



201 havia sido assinada em 2012, após orientação da SEMA a proposta foi
202 readequada, era um projeto em parceria com a EBDA, e que agora a proposta é
203 com a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural -
204 BAHATER para elaborar um projeto de inclusão produtiva no entorno dos
205 Parques; a equipe técnica da DIRUC fez um levantamento do ponto de vista
206 socioeconômico, identificou a necessidade dessa assistência; o Projeto está
207 dividido em duas partes: Projeto 1 - Transição agroecológica e inclusão produtiva
208 de 200 famílias no entorno do PESC na Serra do Conduru, no valor de R\$ 740
209 mil; Projeto 2 - transição agroecológica e inclusão produtiva de 500 famílias no
210 entorno do Parque Morro do Chapéu, no valor de R\$1.081.125,75 (um milhão
211 oitenta e um mil, cento e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos); a partir
212 desse redirecionamento existirá um saldo residual que deverá suprir as
213 necessidades que porventura surjam. O Sr. Luiz Victor questionou como será o
214 acompanhamento dos resultados, os relatórios da aplicação dos recursos e o
215 andamento de tudo isso. A Sra. Aline Bitencourt registrou que a DIRUC
216 acompanha a execução dos projetos e aprova os produtos elaborados, se for de
217 interesse da Câmara todo produto que passe pela DIRUC poderá ser apresentado
218 aos membros. A proposta foi aprovada com ressalva do Sr. Luiz Victor, que
219 solicita da DIRUC apresentar a cada seis meses uma explanação da execução
220 dos projetos. A Sra. Ana Carla falou em relação a elaboração do Plano de Manejo
221 da APA Joanes/Ipitanga, criada para ajudar e contribuir na proteção do
222 manancial, estritamente importante e estratégico do ponto de vista de
223 abastecimento de Salvador e Região Metropolitana. O Sr. Geneci Braz gestor, da
224 APA, relatou que a mesma tinha um diagnóstico elaborado e pronto com diretrizes
225 que visava analisar o uso e ocupação do solo; disse que antes de formar o
226 Conselho Gestor trabalhou-se a gestão participativa para fazer o Zoneamento
227 Ecológico Econômico - ZEE da Unidade de Conservação e assim foi feito e
228 aprovado em 2002; em 2011/2012, identificou-se a necessidade de atualizar esse
229 ZEE; o recurso da Compensação Ambiental da empresa Lafarge Brasil S/A,
230 totalizava R\$ 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais), tendo como
231 demanda a atualização do Plano de Manejo da APA Joanes Ipitanga. Em função
232 do cancelamento do contrato ficou um resíduo de recurso insuficiente para
233 contratar outra consultoria para realizar o projeto inicialmente aprovado, então se
234 pensou em uma nova estratégia de aplicação desse resíduo no âmbito da
235 Unidade de Conservação. A APA tem vários territórios de população tradicionais,
236 e existe um processo de regularização junto ao INCRA de uma Comunidade
237 Quilombola no município de Simões Filho que tem interesse em fazer a gestão do
238 território, buscando fortalecer a identidade, a questão do uso e recursos naturais,
239 inclusive com a questão da preservação; verificou-se a possibilidade de direcionar
240 esse resíduo para elaborar um planejamento territorial de uso e ocupação do solo



241 com a participação dessa Comunidade, considerando que o INCRA está em fase
242 de regularização da terra; a Comunidade Quilombola foi certificada em 2004, pela
243 Fundação Palmares como remanescente quilombola; existe 55 famílias onde as
244 lideranças locais fazem práticas culturais e religiosas de matriz africana e outras
245 tradições, convivem com problemas de falta de abastecimento de água e
246 esgotamento sanitário, contaminação do rio Itaboatá e de cisternas, etc. O Sr.
247 Geneci Braz esclareceu que consta no projeto vários aspectos temáticos sobre a
248 forma de construção do planejamento do uso do território. Em seguida, a Sra.
249 Aline Bitencourt consultou a todos se estavam de acordo com a proposta, a qual
250 foi aprovada com as recomendações do Sr. Luiz Victor para que seja
251 contemplada as ações no aspecto da sustentabilidade e agregados valores na
252 implementação do saldo remanescente. A Sra. Aline Bitencourt passou a dar os
253 informes: Em relação aos empreendimentos federais, explicou que a destinação
254 do recurso de compensação ambiental do empreendimento "Gasoduto Cacimbas-
255 Catu", no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) vai ser alterado, e o projeto
256 "Gestão Socioambiental: Participação Social, Comunicação e Educação
257 Ambiental na APA Lagoa Encantada/Rio Almada", inicialmente aprovado para
258 este recurso, será financiado pelo recurso da compensação ambiental do
259 empreendimento "Ampliação e Dragagem do Porto de Ilhéus", da empresa
260 Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA, com redução do valor; já
261 para o recurso advindo do empreendimento "Porto Sul – Bahia", do Departamento
262 de Infraestrutura de Transportes da Bahia – DERBA, foi proposto os projetos de
263 "Ecoturismo de Bases Comunitária na APA Lagoa Encantada", em torno de R\$
264 600.000,00 (seiscentos mil reais), para o qual o IBAMA solicitou detalhamento, e
265 Regularização Fundiária no Parque Estadual Serra do Conduru, no valor de R\$
266 2.000.000,00 (dois milhões de reais), já aprovado pela Câmara de Compensação
267 Ambiental Federal. A Bahia Marina S/A está com discussão com a Câmara
268 Federal devido o valor do projeto ser de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais) e
269 a Câmara Federal querer destinar para Plano de Manejo. Para o GT tem o pleito
270 do Sr. Luiz Victor de fazer parte do mesmo representando a CCA; destaca que o
271 resultado desse GT é apresentar um Decreto de regulamentação, que
272 provavelmente vai incluir a Instrução Normativa, as diretrizes, a metodologia de
273 gradação, as modalidades de execução, e os modelos de Termo de Compromisso
274 de Compensação Ambiental - TCCA e Termo de Encerramento; informou-se a
275 segunda reunião do grupo vai ocorrer na próxima semana. O Sr. Luiz Victor
276 relatou alguns problemas relevantes no entorno da APA Tinharé Boipeba da qual
277 é o Gestor, referiu-se a um empreendimento que impactou essa região e solicitou
278 informações quanto a sua compensação ambiental, aduzindo que o Plano de
279 Manejo elaborado em 1998, está totalmente defasado, e, em sua opinião, deveria
280 ter um montante de recurso significativo para ser aplicado nessa APA; registra



281 esse pleito para que seja resolvida essa questão de destinação de recursos. O Sr.
282 Geneci Braz informou que o Ministério Público através da Promotora está
283 entrando com uma ação no município de Ilhéus para que todo recurso seja
284 disponibilizado para área de impacto direto do Porto Sul, e a diferença seja
285 alocada para o Estado da Bahia. O Sr. Luiz Victor registrou que a última
286 informação do IBAMA, que tinha o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais),
287 ao conferir a veracidade da existência dessa importância com a Sra. Tatiany
288 Andrade no passado, a mesma lhe confirmou, mas faltava projeto para aplicação
289 do recurso. A Sra. Aline Bitencourt vai verificar se a informação procede e
290 informar ao Sr. Luiz Victor. O Sr. Eduardo Rode informou que existe um Gasoduto
291 que vai de São Francisco do Conde a Feira de Santana, perguntou qual foi o
292 destino do recurso. A Sra. Aline Bitencourt informou que está fazendo
293 levantamento dos empreendimentos que têm passivos de Compensação
294 Ambiental, inclusive alguns em processo de negociação para valorar a
295 compensação e firmar TCCA, vai verificar na lista de empresas se existe esse
296 recurso de Gasoduto. O Sr. Eduardo Rode solicitou uma atualização das
297 informações de todos os projetos aprovados na Câmara, bem como a aplicação
298 de recursos e os resultados obtidos. A Sra. Aline Bitencourt passou algumas
299 informações com relação ao levantamento feito junto a DIRUC de todos os
300 processos de compensação ambiental em trâmite; disse que alguns
301 empreendimentos solicitaram revisão do índice de gradação do impacto ambiental
302 aplicado no cálculo da compensação ambiental, e que esses processos estão em
303 análise jurídica, e posteriormente serão submetidos a análise da Diretoria de
304 Regulação - DIRRE para determinação das condicionantes. Salienta que
305 enquanto há pedido de análise de alguma forma, pelo empreendedor, o processo
306 fica parado, mesmo com recurso previamente destinado e que existem quatro
307 processos nessa situação. Como é o caso da Mirabela Mineração, cujo TCCA
308 estava assinado há dois anos e teve que repensar o projeto, pois o empreendedor
309 entrou com pedido de revisão do valor e não execução esse ano, por conta de
310 dificuldade financeira; O empreendimento TRBA, da Petrobras, outro exemplo,
311 não executa modalidade direta, que é a forma que vem sendo executada no
312 Estado da Bahia, por conta da não regulamentação da modalidade indireta; o
313 primeiro TCCA foi assinado com a modalidade indireta, quando o TCCA perdeu a
314 validade, submeteu-se um novo para assinatura que definia como modalidade de
315 execução a forma direta, negaram a assinatura por não executar essa modalidade
316 e a Lei permite escolher a forma de execução da Compensação Ambiental. A
317 Enel Green Power pediu para interferir no processo de avaliação dos produtos
318 que são previstos nos projetos, esse pleito vai ser avaliado. O TR da APA Joanes
319 Ipitanga está em fase de análise. A Bahia PCH1 está em fase de execução com
320 avaliação do primeiro produto que é o georreferenciamento da Estação Ecológica



do Rio Preto. Ressaltou que estão aguardados quatro empreendimentos que tiveram licenciamento para poder assinar o Termo de Compromisso. A Sra. Roberta Lucena informou que foi feita uma cobrança a empresa Patrimonial Saraíba, quanto aos empreendimentos Loteamento Green Ville e Colina de Jaguaribe, e que foi identificado um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o Ministério Público, a SEMAH e a CRA, ocorre que, no entendimento da SEMA, esse procedimento não obedece a legislação vigente sobre Compensação Ambiental, o pleito foi encaminhado a PGE para fazer ajuizamento de cobrança. A Sra. Aline Bitencourt esclareceu que a execução na modalidade direta está prevista na Lei, mas não existe Decreto de regulamentação com relação a sua funcionalidade, não tem nenhuma segurança jurídica de obrigar ao empreendedor, dentro do prazo estabelecido, cumprir e executar a compensação. Registrou as deliberações da reunião de hoje: a 13ª ata da reunião ordinária não foi aprovada porque a Sra. Ana Carla irá revisar e apresentar na próxima reunião; a ata da 14ª reunião ordinária foi aprovada; a proposta do Plano de Manejo da Prefeitura de Maracás foi aprovada, mas o projeto de infraestrutura não foi aprovado porque precisa de ajustes, considerando que a Unidade de Conservação é de Proteção Integral; as propostas das empresas Mirabela Mineração do Brasil Ltda, Lafarge Brasil S/A e Enel Green Power Desenvolvimento Ltda. foram aprovadas pela Câmara. A Sra. Ana Carla registrou que tem um indicativo para pauta de reunião do próximo mês sobre a destinação da aplicação de recursos da Vanádio de Maracás S/A. São 13h20, dá-se por encerrada a reunião, agradecimentos a todos pela participação, esta ata foi transcrita por Maria do Carmo dos Anjos e após aprovada será assinada por todos os membros presentes nessa reunião.

Membros presentes representantes da CCA:

Aline Bitencourt da Silva – COGEF/SEMA

Cristiana Sousa Vieira – SEP/SEMA

Ana Carla Souto Rocha – DIRUC/INEMA

Maria Cristina Gomes Sanches – DIRRE/INEMA

Fernanda Cássia Aguiar Santos Wartmann – ANAMMA

Luiz Victor Ernesto Marsala – CEPRAM

Eduardo Henrique Rode – CONERH

